



Simulado Especial

TCE PA

Cargo: Auditor de Controle Externo - Direito
Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCE-PA (Auditor de Controle Externo - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Direito do TCE-PA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/sQcsEkDvs4PWrxBj6>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/03onfr>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

01. Assinale a frase que mostra uma oposição adequada.

- a) O dia que não está claro está chuvoso.
- b) A questão que não está fácil está confusa.
- c) O paciente que não está doente está saudável
- d) O garçom que não é habilidoso é inseguro.
- e) O objeto que não é novo é valioso.

02. Entre as palavras abaixo, assinale aquela que tem acentuação errada.

- a) Sofá
- b) Açai
- c) Amapá
- d) Bangú
- e) Inexorável

03. As opções a seguir apresentam frases que se apoiam basicamente num dos sentidos humanos. Assinale aquela em que há a indicação adequada do sentido predominante no texto.

- a) A tarde estava doce como o mel / visão
- b) O sol ardia na pele exposta / tato.
- c) A cozinha exalava um cheiro de domingo / audição.
- d) Sua voz soava como cantos angelicais / visão.
- e) O doce som de sua voz me seduzia / paladar.

04. Os adjetivos podem indicar qualidades, opiniões, características, estados ou relações dos substantivos.

Assinale a frase abaixo em que o adjetivo destacado indica uma relação.

- a) Passamos por uma situação difícil no último mês.
- b) O líder daquele grupo é muito confiável.
- c) Após a maratona, os competidores estavam eufóricos.
- d) A cadeira vermelha está reservada.
- e) A avaliação anual será aplicada na próxima semana.

05. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado). Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O conhecimento está no íntimo do ser humano.
- b) A performance está nas mãos dos representantes.
- c) O medo e a insegurança sempre estão perto de causar o caos.
- d) O ser está carente de conexões verdadeiras.
- e) Os alunos estão na sala aguardando o professor.

06. Segundo a gramática tradicional, na formulação de uma das frases abaixo há um erro gramatical. Assinale a opção que apresenta esse erro.

- a) Os especialistas precisaram o local de armazenamento das substâncias.
- b) O agente público visava ao mais alto cargo de sua unidade.
- c) A multidão reparava no nervosismo daqueles que conduziam o espetáculo.
- d) Os idosos queriam muito bem àqueles que lhe respeitavam
- e) A devolução do material encomendado implica multa.

07. A única alternativa em que o elemento sublinhado NÃO é uma marca de função emotiva é:

- a) Ele, certamente, não estava atento aos sinais.
- b) Segundo estudiosos, o cenário não é promissor.
- c) Inesperadamente, João chegou cedo ao trabalho.
- d) As obras inacabadas vão gerar consequências terríveis para a cidade.
- e) Não haveria mais aula naquela semana: eis aí o problema.

08. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os dirigentes falavam com a população que aguardava novas instruções.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Encontramos a capa do celular que estava no carro.

09. A frase que foi construída em linguagem formal é:

- a) **Ao invés de** reclamar, ela foi se exercitar.
- b) Todos se perguntavam **aonde** o pai escondeu o tesouro.
- c) Não entendemos **por que** ele não investiu nesse sistema.
- d) A **sessão** do documento em que se encontra essa regra foi retirada.
- e) **A** dias que merecem ser repetidos.

10. Em “Quando compreendiam o que se dizia, o comportamento seguia os padrões esperados”, o vocábulo “o”, em suas duas ocorrências são respectivamente,

- a) pronome demonstrativo e artigo
- b) artigo e pronome demonstrativo
- c) artigo e artigo

d) pronome oblíquo e artigo

e) pronome demonstrativo e pronome oblíquo

MATEMÁTICA FINANCEIRA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. A dívida referente à aquisição de um automóvel deverá ser liquidada pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) por meio de 48 prestações mensais, a uma taxa de 2% ao

mês, vencendo a primeira prestação um mês após a data de aquisição. Se o valor da última prestação é de R\$ 5.100,00, tem-se que o valor da 31ª prestação é igual a

- a) R\$ 5.800,00
- b) R\$ 6.000,00
- c) R\$ 6.400,00
- d) R\$ 6.500,00
- e) R\$ 6.800,00

O enunciado abaixo refere-se às questões 12 e 13.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para o fisco em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Lúcia possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

12. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

13. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

A tabela a seguir apresenta as probabilidades de, em um certo dia, o time Snipers fazer 0, 1, 2 ou 3 gols em um jogo.

Número de gols	0	1	2	3
Probabilidade	0,4	0,2	0,1	?

14. A média do número de gols é:

- a) 1,2
- b) 1,3
- c) 1,4
- d) 1,5
- e) 1,6

15. A variância do número de gols é:

- a) 1,59
- b) 1,60
- c) 1,61
- d) 1,62
- e) 1,63

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

16. A servidora Clara recebeu a responsabilidade de instruir um processo administrativo. Durante a análise inicial, ela percebeu que um de seus primos era parte interessada no processo.

De acordo com o Código de Ética dos Servidores, em quais situações o servidor deve declarar impedimento ou suspeição para garantir a independência e imparcialidade no desempenho de suas funções?

- a) Apenas quando houver interesse financeiro direto.
- b) Quando houver conflito de interesses, participação em processos de interesse próprio ou de parentes até o terceiro grau, ou envolvimento com entidades com as quais tenha mantido vínculo profissional.
- c) Somente quando estiver em conflito com um superior hierárquico.
- d) Apenas em casos de interesse próprio, excluindo-se parentes e laços afetivos.
- e) Sempre que houver qualquer tipo de envolvimento profissional anterior, independentemente do grau de parentesco ou conflito de interesses.

17. Durante um treinamento sobre ética no serviço público no Tribunal de Contas do Estado do Pará, o servidor Roberto refletiu sobre a relação entre a conduta dos servidores e a personalidade do Estado. Ele queria entender melhor essa relação conforme descrita na literatura de ética pública.

De acordo com a literatura sobre ética no serviço público, como a probidade e a integridade dos servidores influenciam a administração pública?

- a) A probidade e a integridade são exclusivamente características pessoais dos servidores e não afetam a administração pública.
- b) A probidade e a integridade dos servidores são transferidas à "personalidade do Estado", influenciando diretamente a administração pública.
- c) A probidade e a integridade dos servidores são menos importantes que a eficiência e a eficácia administrativa.
- d) A probidade e a integridade dos servidores são irrelevantes para a percepção pública do Estado.
- e) A probidade e a integridade dos servidores afetam apenas suas avaliações de desempenho individual.

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Antônio Pequeno

18. Assinale a alternativa correta no que concerne aos crimes contra a Administração.

- a) O crime de advocacia administrativa apenas se consuma se o interesse patrocinado pelo agente for ilegítimo.
- b) O crime de corrupção passiva apenas se consuma quando há solicitação, recebimento ou aceitação de promessa indevida pelo funcionário.
- c) O crime de concussão apenas se consuma quando a vantagem exigida é efetivamente auferida.
- d) O crime de abandono de função apenas se consuma se do fato resultar prejuízo público.
- e) O crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações apenas se consuma se houver dano para a Administração ou para o administrado.

19. Rafael, delegado de polícia, deixou de dar andamento a inquérito no qual sua vizinha, Bianca, estava sendo investigada pela prática de crime, porque sempre achou Bianca uma mulher linda e sedutora.

Nesse caso, pode-se afirmar que Rafael

- a) praticou peculato.
- b) não cometeu crime.
- c) praticou corrupção passiva.
- d) agiu sob o amparo de excludente de ilicitude.
- e) praticou prevaricação.

20. No interior de serventia extrajudicial, Joana buscava obter determinada certidão. Enquanto aguardava o funcionário, verificou que, do lado de dentro do balcão, havia um compartimento com moedas que eram utilizadas para facilitar a entrega de troco aos clientes. Diante da facilidade da situação, aproveitou para subtrair R\$ 60,00 em moedas, valor que seria utilizado para comprar um presente de aniversário para sua filha. Ocorre que a conduta de Joana foi registrada pelas câmeras de segurança, chegando os fatos ao conhecimento da autoridade policial. Foi constatado, ainda, que Joana era primária, sem qualquer envolvimento pretérito com o aparato policial ou judicial. Considerando apenas as informações expostas, a conduta praticada por Joana se adequaria, abstratamente, ao delito de:

- a) peculato, sendo inaplicável o princípio da insignificância em razão da natureza de crime contra a Administração Pública;
- b) peculato, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a tipicidade da conduta;
- c) peculato, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a culpabilidade da agente;
- d) furto, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a tipicidade da conduta;
- e) furto, podendo ser aplicado o princípio da insignificância, que afastaria a culpabilidade da agente.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Emerson Bruno

21. Demerval é Prefeito de Bragança/PA, cidade com riquezas coloniais e culturais que a colocam em destaque no mapa turístico estadual. Ciente do potencial do seu município, Demerval entende que uma mudança na Constituição do Estado poderia favorecer ainda mais o desenvolvimento sustentável da bela cidade paraense. Tendo em vista as disposições sobre uma proposta de emenda à constitucional na Constituição paraense, qual das opções abaixo não representa os legitimados a iniciar o processo legislativo.

- a) O Tribunal de Justiça, após aprovação pela maioria dos Desembargadores.
 - b) O Governador do Estado.
 - c) O Tribunal de Contas por dois terços dos membros.
 - d) De um terço, no mínimo dos membros da Assembleia Legislativa.
 - e) De mais da metade das Câmaras de Vereadores dos Municípios do Estado,
- manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;

22. De acordo com o art. 121 da Constituição do Estado do Pará, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária. De acordo com o dispositivo, não é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

- a) um partido político.
- b) uma associação.
- c) um sindicato.
- d) qualquer cidadão.
- e) o Ministério Público Estadual.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI ORGÂNICA E
REGIMENTO INTERNO DO TCE-PA)***Herbert Almeida*

23. Jorge é Conselheiro do TCE PA e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessado em complementar a sua renda, Jorge buscou informações no Regimento Interno do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, desde que não haja relação com o setor público.
- e) celebrar contrato com empresa concessionária de serviço público, desde que o contrato contenha cláusulas especiais, em razão do cargo que exerce.

24. Uma importante unidade administrativa do Estado do Pará foi vítima de um ataque cibernético supostamente realizado com o uso de inteligência artificial. As investigações iniciais comprovaram que o ataque foi sem precedentes, inviabilizando todos os sistemas modernos de proteção e segurança de informação. Simultaneamente com o ataque cibernético, os backups com as informações sobre as contas da unidade foram roubados e destruídos por uma quadrilha até então desconhecida. Após ampla apuração, constatou-se que os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade não estavam envolvidos nos ataques e nem poderiam evitá-lo. Constatou-se ainda que o julgamento das contas dos responsáveis tornou-se impossível. Nesse caso, caberá ao Tribunal emitir uma decisão:

- a) terminativa, ordenando o trancamento das contas consideradas ilíquidas;
- b) definitiva, julgando as contas irregulares.
- c) definitiva, julgando as contas regulares, mas consignando as ressalvas.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.
- e) preliminar, com citação dos responsáveis para saneamento das contas.

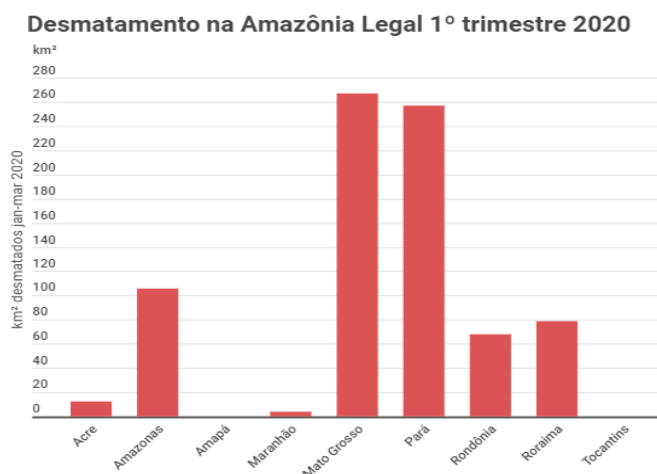
25. O TCE PA pretende realizar uma grande e complexa fiscalização nas unidades da Secretaria de Educação. Segundo os planos iniciais, a Corte pretende visitar todas as escolas estaduais, realizando entrevistas com professores e alunos. Todavia, o servidor encarregado do planejamento ficou em dúvidas se é viável realizar tal procedimento. Dessa forma, buscando obter mais informações e avaliar a viabilidade da realização da fiscalização, o Tribunal poderá utilizar o seguinte instrumento de fiscalização:

- a) auditoria.
- b) acompanhamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) levantamento.

HISTÓRIA, GEOGRAFIA E CONHECIMENTOS DO ESTADO DO PARÁ

Sérgio Henrique

26. O primeiro trimestre de cada ano costuma ser o que apresenta os níveis mais baixos de desmatamento na Amazônia, devido às chuvas fortes que marcam o inverno amazônico e dificultam a propagação de incêndios e a própria operação de desmate. Este ano, entretanto, nem a chuva impediu que o desmatamento na Amazônia Legal entre janeiro e março alcançasse a marca recorde para o período de 796,08 km², de acordo com os alertas do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).



Sobre a questão do desmatamento na Amazônia Legal é correto afirmar que:

- a) Os conflitos ocorridos no campo quase desapareceram com a implantação das políticas de assentamentos rurais na região, bem como o aumento das queimadas que impossibilitaram as disputas pela terra.
- b) Em abril de 2020, a maioria (60%) do desmatamento ocorreu em áreas de assentamentos e Terras Indígenas. O restante do desmatamento foi registrado em Unidades de Conservação (22%) e Unidades de Conservação (15%).
- c) Os estados que lideraram o desmatamento no primeiro trimestre de 2020 foram,

respectivamente o Pará, com 257,24 km², e o Mato Grosso, com 267,07 km² desmatados.

- d) De acordo com os especialistas, o aumento no primeiro trimestre está relacionado com o ritmo de desmatamento, apresentando tendência desde o ano passado devido as políticas que afrouxaram a fiscalização, das restrições às operações de fiscalização, da redução do número de multas, entre outros.
- e) Conforme observado no gráfico, os três principais estados da Região Norte, Amazônia, Mato Grosso e Pará, são os principais desmatadores da região, devido a sua localização estratégica na área de fronteira agrícola.

27. O incêndio criminoso é o capítulo mais recente de um conflito agrário que se arrasta há 13 anos na fazenda 1.200, onde um grupo de cerca de 150 famílias da Associação 8 de Março, ligada à Fetagri-PA (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Pará), reivindica desde 2006 a criação de um assentamento de reforma agrária.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-publica/2019/07/15/fogo-pistolagem-e-medo-na-fazenda-1200-no-para.htm>

As terras amazônicas são o centro de diversos conflitos. A partir da década de 1960, as políticas de povoamento e ocupação da região norte são cada vez maiores. A respeito do tema, a afirmativa correta é:

- a) Apesar do avanço da fronteira agrícola na porção sul da Amazônia Legal, os conflitos do campo e a questão agrária da região norte não está relacionada com a estrutura da distribuição das terras.
- b) O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), órgão federal responsável pelo ordenamento fundiário nacional, estima que na Amazônia Legal, o grande responsável pelo conflito no campo são as reservas indígenas que ocupam grande parte da região.
- c) O assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang ajuda a apaziguar os problemas ambientais na região, visto que movimentos sociais pedindo paz intensificaram na região, e avançaram nas denúncias e no combate da grilagem de terras.
- d) O caos fundiário na região da Amazônia se explica parcialmente pela história da ocupação de terras no Brasil. Entre a Independência, em 1822, e a Lei de Terras de 1850, houve uma política de acesso livre à terra - os interessados a ocupavam e, depois, pediam a regularização ao governo do Império. A expressão grilagem vem de uma técnica de falsificação de documentos antigos, como os desta época.
- e) A ocupação da Amazônia foi exclusivamente feita, com a abertura de estradas no modelo "espinha de peixe": às margens das rodovias, em 100

quilômetros para ambos os lados, eram concedidos a particulares, com ramais abertos mata dentro.

28. A exploração da madeira no Pará é a atividade que tem a dianteira no processo de aumento da fronteira agrícola. As rodovias possuem um papel essencial neste processo, pois onde são construídas rodovias, elas se tornam um vetor do povoamento através da grilagem de terras. A maior parte da madeira que é extraída ilegalmente é:

- a) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.
- b) Consumida no mercado interno sobretudo na região Nordeste e Sudeste.
- c) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e Ásia.
- d) Consumida no mercado interno sobretudo na região Centro Oeste e Sul.
- e) Exportada principalmente para a União Europeia, EUA e América Latina.

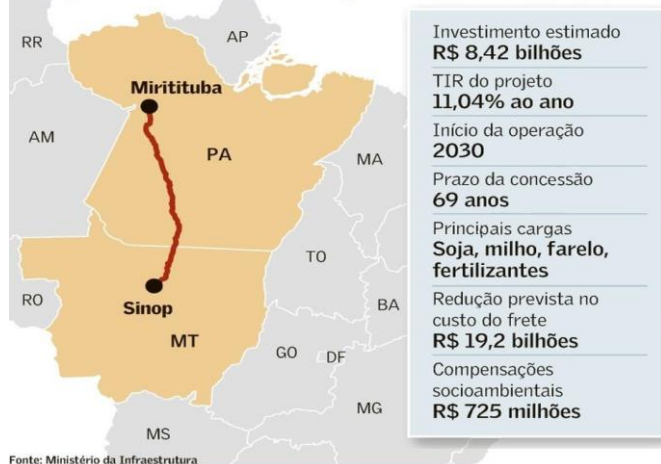
29. A EF-170, também chamada de Ferrogrão, foi qualificada no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na 1ª Reunião do Conselho do PPI, por meio da Resolução nº 2, de 13/09/2016, convertida no Decreto 8.916, de 25/11/2016.

O projeto visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba.

Fonte: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>

Corredor logístico

Principais características da Ferrogrão



Fonte: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/08/17/>

O projeto citado é um importante fator de desenvolvimento da infraestrutura logística das áreas agricultáveis localizadas no Estado de Mato Grosso bem como eixo de desenvolvimento no Estado do Pará, possibilitando as regiões uma maior eficiência no escoamento da produção. Entre o fator de aprovação do projeto, foi considerado

- a) O trecho cumprirá um papel estruturante para o escoamento da produção de milho, soja e farelo de soja do Estado do Mato Grosso do Sul.
- b) Por ser um projeto previsto para ser implantado paralelamente à BR-163, a ferrovia poderá cumprir importante fator inibidor ao desmatamento, uma vez que bloqueia a abertura de ramais à BR (efeito espinha de peixe) nesta margem da rodovia, quando implantada.

c) Ao longo de seu traçado proposto, a ferrovia intercepta unidades de conservação ou terras indígenas. As terras indígenas são as Terras Indígenas Praia do Meio e Praia do Índio, localizadas na porção final do traçado no Estado do Pará.

d) Quando finalizada, a Ferrogrão terá baixa capacidade de transporte e competitividade no escoamento da produção pelo Arco Norte, e substituirá o papel esse que, hoje, é desempenhado pela rodovia BR-163.

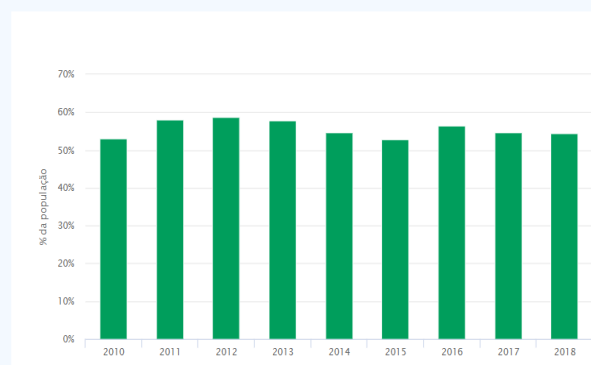
e) Os baixos custos enfrentados na BR-163 para se chegar aos principais portos faz com que o projeto da Ferrogrão seja inviável.

30. O Estado do Pará tem um dos piores índices de saneamento do Brasil, revela pesquisa do Instituto Trata Brasil, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), formada por empresas com interesse nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Os números do Instituto não são nada animadores. Há, no Pará, apenas 1,18% de tratamento de esgoto, 4,92% de coleta de esgoto, 47,10% de rede de água e a perda de água é 39,72%.

Fonte: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/para-tem-um-dos-piores-indices-de-saneamento-do-brasil-revela-pesquisa-do-trata-brasil.ghtml>

3.794.060 População sem acesso à água (pessoas) SNIS / 2018	6.614.708 População sem coleta de esgoto (pessoas) SNIS / 2018	170.045,97 Esgoto não tratado (mil m³) SNIS / 2018	104.165.250,23 Investimentos totais, em R\$ de 2017 (R\$ a preços de 2017) ITB / 2018
54,4% Parcela da população sem acesso à água (% da população) SNIS / 2018	94,8% Parcela da população sem coleta de esgoto (% da população) SNIS / 2018	8,0% Índice de esgoto tratado referido à água consumida (%) SNIS / 2018	14,93 Investimentos per capita, em R\$ de 2017 (R\$ a preços de 2017) ITB / 2018

Parcela da população sem acesso à água ?



Fonte: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/index?id=15>

O Pará é o segundo estado da região Norte com o pior desempenho nos serviços de saneamento básico. A rede de água tratada não alcança sequer metade da população, enquanto a coleta de esgoto abrange apenas 6,29% dos paraenses. A respeito do tema, assinale a alternativa correta

a) De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2016 e 2017, 1.935 dos 5.570 municípios brasileiros (34,7%) registraram epidemias ou endemias ligadas à falta de saneamento básico, como casos de diarreia, leptospirose, cólera, malária e hepatite.

b) Diferentemente dos demais municípios do estado do Pará, a cidade de Belém possui um dos melhores indicadores do estado. De acordo com o último levantamento, cerca de 85% da população belenense possui coleta de esgoto.

c) A região Norte é a segunda região que mais oferece saneamento básico a sua população, ficando atrás apenas da região Sudeste. Fruto de uma profunda reformulação na política pública de saúde dos estados, que formaram uma frente de enfrentamento ao problema nos últimos anos.

d) O saneamento básico é um conjunto de serviços compreendidos entre a distribuição de água potável e a coleta de esgoto.

e) As melhores cidades em distribuição de água potável no estado do Pará são: Santarém (PA), e Ananindeua (PA) com níveis menores ou próximos de 90% da população atendida. Ananindeua (PA) atende apenas 100% dos municípios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS**DIREITO CIVIL***Mário Godoy*

31. A Sociedade P J Móveis Ltda. tem como sócios Paulo e Joana. Recentemente, foi descoberto que Joana, sem o conhecimento de Paulo, há alguns anos utilizava o saldo da conta-corrente da Sociedade para o pagamento de suas dívidas pessoais. Além disso, no mês passado, Paulo e Joana, conjuntamente, resolveram expandir os negócios da sociedade, alterando a finalidade original da atividade econômica por ela desenvolvida, sem regularizar a situação na Junta Comercial.

Com relação à situação descrita, tomando-se por base as disposições constantes do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Não é possível decretar a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. com base na conduta praticada exclusivamente por Joana.
- b) É possível decretar a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. com base na conduta praticada conjuntamente por Paulo e Joana.
- c) Uma vez decretada a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda., os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações serão estendidos aos bens particulares de Paulo e Joana.
- d) Uma vez decretada a desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda., os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações serão estendidos apenas aos bens particulares Joana.
- e) A desconsideração da Sociedade P J Móveis Ltda. pode ser decretada de ofício pelo juiz.

32. Ricardo deve R\$ 3 mil a Júlio, em razão de alugueis vencidos no ano de 2019. Hoje, manifestou expressamente sua vontade de saldar a dívida, comprometendo-se a transferir o numerário para Júlio via pix.

Com relação à situação descrita, assinale a alternativa correta.

- a) Os aluguéis vencidos não sofreram prescrição.
- b) Se Ricardo for insolvente, tendo assumido dívidas junto a vários credores, ele poderá preferir Júlio no pagamento, caso seu patrimônio não seja suficiente para pagar a todos eles.
- c) Se Ricardo for um filho relativamente incapaz de Júlio, o prazo prescricional correrá independentemente do estado de filiação.
- d) Se Ricardo confessar a dívida no ano de 2021, o prazo prescricional continuará a fluir normalmente.
- e) Eventual protesto do título representativo da dívida efetuado por Júlio no ano de 2020 interromperá a prescrição.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

33. O Tribunal de Contas Estadual aplicou multa ao Ex-prefeito do município X em virtude de irregularidades verificadas no curso de processo administrativo, que prejudicaram a municipalidade. Diante disso, o Município X ajuizou ação de execução de título extrajudicial para cobrança da referida multa, incluindo como executado o Prefeito. Sobre a situação narrada, é correto afirmar que:

- a) A legitimidade para a cobrança é do próprio tribunal de contas, não sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- b) A legitimidade para cobrança é do próprio tribunal de contas, sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- c) A legitimidade para a cobrança é do Município, não sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- d) A legitimidade para a cobrança é do Município, sendo possível a adoção do rito da execução de título extrajudicial.
- e) A multa não pode ser executada judicialmente.

34. Carlos ajuizou ação declaratória de inexigibilidade do débito cumulada com obrigação de fazer e pleito de dano moral. Na sua inicial, pleiteou pela concessão de tutela de urgência, a fim de que a requerida excluísse seu nome dos cadastros restritivos de crédito, alegando que isso estaria prejudicando o seu "score". Sobre o tema e o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Para a concessão da tutela de urgência, basta o risco ao resultado útil do processo.
- b) Para atribuição do valor da causa, não é necessário apontar o valor pretendido a título de dano moral.
- c) A tutela de urgência somente pode ser concedida liminarmente

d) A tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida ainda que haja perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

e) Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

35. No que concerne às provas no processo civil, é correto afirmar que:

- a) A produção antecipada da prova é da competência do juízo do foro onde esta deva ser produzida ou do foro de domicílio do autor.
- b) A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.
- c) A confissão judicial não pode ser provocada.
- d) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, sendo subscrito pelas partes, não terá eficácia probatória.
- e) A escrituração contábil é divisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

36. Julieta saiu de uma loja de grife reclamando do péssimo atendimento recebido, alegando ter sofrido preconceito de classe. Já do lado de fora, Julieta atirou uma pedra contra a vitrine do estabelecimento, quebrando-a. A pedra, porém, atingiu também uma das atendentes da loja, causando-lhe lesões corporais, embora essa não fosse a intenção de Julieta.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) *aberratio delicti*, devendo Julieta responder pelos dois crimes em concurso formal impróprio, de forma que as penas serão somadas.
- b) *aberratio delicti*, devendo Julieta responder pelos dois crimes em concurso formal próprio, devendo ser aplicado o sistema da exasperação.
- c) *aberratio ictus*, devendo Julieta responder pelos dois crimes em concurso formal impróprio, de forma que as penas serão somadas.
- d) *aberratio ictus*, devendo Julieta responder pelos dois crimes em concurso formal próprio, devendo ser aplicado o sistema da exasperação.
- e) *aberratio delicti*, devendo Julieta responder pelos dois crimes em concurso material, de forma que as penas serão somadas.

37. Flávio, funcionário público, dirigiu-se ao estabelecimento comercial pertencente a Sérgio, para realizar uma fiscalização de rotina. Verificando algumas irregularidades, Flávio informou a Sérgio que iria ter que interditar o estabelecimento e pediu ao dono que se afastasse para que o ato legal pudesse ser realizado. Quando Flávio se preparava para lacrar as portas, Sérgio se opôs à execução do ato, deitando-se no chão para impedir a passagem dos servidores, lá permanecendo mesmo após a ordem de retirada.

Nesse caso, a conduta de Sérgio configura crime de:

- a) desobediência
- b) resistência simples consumada
- c) resistência qualificada consumada
- d) desacato
- e) Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito

38. Não configura crime contra as finanças públicas a conduta de:

- a) ordenar, autorizar ou executar ato que acarrete aumento de despesa total com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato ou da legislatura.
- b) Dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei.
- c) Prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual ou superior ao valor da garantia prestada, na forma da lei.
- d) Ordenar ou autorizar a inscrição em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda limite estabelecido em lei.
- e) Ordenar, autorizar ou promover a oferta pública ou a colocação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei ou sem que estejam registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia.

DIREITO AMBIENTAL*André Rocha*

39. Leia o fragmento a seguir.

Justifica-se a inversão do ônus da prova, transferindo para o empreendedor da atividade potencialmente perigosa o ônus de demonstrar a segurança do empreendimento, a partir da interpretação do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/1990 c/c o art. 21 da Lei 7.347/1985, conjugado ao princípio _____.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna acima.

- a) da prevenção.
- b) do desenvolvimento sustentável.
- c) da precaução.
- d) da reparação integral do dano ambiental.
- e) do poluidor-pagador.

40. No exercício de suas atribuições enquanto servidor público do Estado de Goiás, Márcio, que estava atuando em grupo de trabalho sobre a gestão de espaços ambientalmente protegidos, foi questionado quanto aspectos relacionados à criação de unidades de conservação.

Diante dessa situação hipotética, Márcio respondeu, corretamente, que

- a) As unidades de conservação devem ser criadas por lei federal, por expressa exigência constitucional.
- b) As unidades de conservação do grupo de proteção integral podem ser transformadas total ou parcialmente em unidades do grupo de uso sustentável, por instrumento normativo do mesmo nível hierárquico do que criou a unidade.
- c) A ampliação dos limites de uma unidade de conservação, sem modificação dos seus limites originais, exceto pelo acréscimo proposto, deve ser feita por lei específica.
- d) As unidades de conservação devem ser criadas por ato do poder público, mas a desafetação ou a

redução dos seus limites só pode ser feita mediante lei específica.

- e) A criação de qualquer unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICAS*Elisabete Moreira*

41. Segundo o sistema de governança pública em órgãos e entidades da administração pública, existem dois tipos básicos de atores que se manifestam no setor público: os agentes e os principais. Sobre esses atores é correto afirmar:

- a) o principal é aquele a quem foi delegada autoridade para administrar os ativos e os recursos públicos.
- b) o agente compartilha as percepções de finalidade e valor, podendo exercer o poder social de forma conjunta e ordenada por meio de estruturas criadas para representá-lo.
- c) os agentes são representados pelas autoridades, dirigentes, gerentes e colaboradores do setor público.
- d) os principais são representados pelos conselhos, dirigentes, gerentes e representantes eleitos.
- e) os principais exercem controle e poder de polícia por meio de estruturas criadas para representá-los.

42. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novas conceitos e práticas de gestão, relacionadas ao modelo gerencial, vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, da questão da governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

43. A accountability foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, como uma nova forma de controle dos resultados, como:

- a) legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) capacidade de um dirigente de atender às suas demandas, pela imposição, restrição ou penalização.
- c) legitimação do poder de vigilância, orientação e correção dos três poderes sobre as empresas.
- d) permissão de condições para que os cidadãos participem da definição e avaliação dos programas e políticas públicas.
- e) extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil

44. A administração pública vem se utilizando do Balanced Scorecard (BSC) como metodologia de medição e gestão de desempenho. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- () Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.
- () Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

45. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I – Os conselhos gestores de políticas públicas possuem sua composição definida pela Constituição Federal de 1988, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II - Os conselhos gestores são espaços públicos não estatais, que atendem ao princípio da paridade, composto por representantes da sociedade e do governo, exigida lei para sua criação e institucionalização.
- III - As conferências são espaços de participação popular, oficiais, de discussão acerca das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a I e II estão corretas
- d) Somente a I e III estão corretas.
- e) Somente a II e III estão corretas

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Antônio Daud

46. Em relação à recomposição dos preços contratados, assinale a alternativa correta:

- a) O ato convocatório e o contrato de serviço continuado deverão indicar o critério de reajustamento de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos.
- b) O ato convocatório e o contrato de serviço continuado deverão indicar o critério de reajustamento de preços, que deverá ser sob a

forma de repactuação, com a previsão de índices específicos ou setoriais.

- c) repactuação é adotada quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.
- d) A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da semestralidade do reajuste dos preços da contratação.
- e) A repactuação deverá observar o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

47. NÃO é vedado à Administração ou aos seus servidores:

- a) estabelecer mecanismos de reporte de terceirizados diretamente a servidores públicos, nos casos em que o objeto da contratação prever a notificação direta para a execução das tarefas previamente descritas no contrato de prestação de serviços para a função específica, tais como nos serviços de recepção, apoio administrativo ou ao usuário.
- b) possibilitar ou dar causa a atos de subordinação, vinculação hierárquica, prestação de contas, aplicação de sanção e supervisão direta sobre os empregados da contratada.
- c) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas.
- d) conceder ponto facultativo aos trabalhadores da empresa contratada.
- e) conceder recesso aos trabalhadores da empresa contratada, ainda que em períodos de baixa demanda pelos serviços contratuais.

48. Em relação aos contratos de serviços continuados, assinale a alternativa correta:

- a) são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo ato convocatório, por meio de especificações usuais do mercado.
- b) são aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos objetivamente no edital, exigida justificativa prévia do contratante.
- c) sua interrupção não tem o condão de comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.
- d) impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.
- e) são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro.

49. Assinale a alternativa que CONTRARIA as regras jurídicas sobre a fiscalização e o acompanhamento contratual:

- a) O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- b) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- c) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-los, hipótese em que o fiscal se eximirá de responsabilidade.

d) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

e) O profissional contratado para assistir o fiscal de contrato assumirá responsabilidade civil objetiva pela veracidade e pela precisão das informações prestadas.

50. A respeito da execução dos Contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais pode onerar o objeto do contrato.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos trabalhistas, em qualquer situação.
- e) na execução do contrato, o contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

51. A Constituição do Estado Alfa definiu os critérios para escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas, tomando como referência as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Constituição Estadual terá definido corretamente a forma de escolha dos conselheiros se prescrever que:

- a) O Tribunal de Contas do Estado será formado por nove conselheiros, sendo que seis serão escolhidos pela Assembleia Legislativa e os outros três pelo Governador do Estado.
- b) O Governador deverá escolher os sete conselheiros, mas a aprovação dependerá de aprovação da Assembleia Legislativa, em simetria com a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Tribunal de Contas Estadual será composto por sete conselheiros, sendo que quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- d) A Assembleia deverá escolher cinco conselheiros, cabendo ao Governador escolher os outros dois, sendo um dentre auditores e outro dentre os membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- e) Como titular do controle externo, a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de indicar os sete conselheiros, cabendo ao Governador realizar a nomeação.

52. Acerca das competências dos Tribunais de Contas, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as previsões da legislação, pode-se afirmar que:

- a) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da emissão do ato de aposentadoria;
- b) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, uma vez que se trata de recuperação de dado ao erário.
- c) É inconstitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de Conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa, devendo-se observar a regra constitucional de divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- d) Para efetuar os exames das contas das campanhas eleitorais, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, pelo prazo de cento e oitenta dias, prorrogáveis uma vez.
- e) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes que a arrecadação de receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, podendo ainda limitar diretamente o empenho do Poder que não adotar as medidas no prazo legal.

53. Quanto à natureza, entende-se por fiscalização operacional aquela que trata do controle sobre:

- a) a legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas.
- b) os balanços e demonstrativos contábeis, em conformidade com os princípios da contabilidade pública.
- c) a guarda e conservação dos bens, móveis ou imóveis, das entidades públicas.
- d) o desempenho dos órgãos públicos.
- e) a execução do orçamento.

54. O controle é o processo de comparação entre a situação controlada com padrões pré-estabelecidos. O controle da administração, por sua vez, versa sobre um conjunto de instrumentos adotados pela administração, pelos Poderes do Estado e pela sociedade para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e outros padrões de atuação do Poder Público.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto à localização do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) interno, como acontece quando o TCU realiza uma auditoria em órgão do Poder Executivo.
- b) externo, realizado por um Poder sobre a atuação de outro, a exemplo do controle externo financeiro, cuja titularidade compete ao Congresso Nacional, sendo realizado com o auxílio do TCU.
- c) social, realizado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, como representante do povo.
- d) provocado, realizado por provocação de terceiros, a exemplo do controle decorrente de recursos administrativos.
- e) judicial, realizado de ofício ou por provocação, sobre a legalidade e o mérito da atuação da Administração.

55. Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.
- c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.
- d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao Tribunal de Contas diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.
- e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

56. Os Tribunais de Contas possuem diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o Tribunal de Contas somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do Tribunal de Contas se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

57. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do Parquet de Contas.
- b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
- c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
- d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa

legislativa para propor projetos de leis que definem sua estrutura organizacional.

- e) em que pese as carreiras sejam distintas, a Constituição autoriza a equiparação de “vencimentos” e “vantagens” entre membros do Ministério Público especial e membros do Ministério Público comum.

58. O Tribunal de Contas condenou João, em processo de tomada de contas especial, ao ressarcimento de dano causado ao erário. João não efetuou o pagamento, motivo pelo qual a decisão do Tribunal foi encaminhada para a procuradoria competente para fins de execução. Entretanto, a ação de execução somente foi proposta dez anos após a decisão do TC.

Irresignado, João procurou ajuda com advogado especialista, questionando sobre a possível prescrição. Nesse caso, o advogado respondeu, corretamente, que a pretensão de ressarcimento apresentada, a respeito da decisão do Tribunal de Contas, é:

- a) prescritível, devendo seguir o prazo adotado no âmbito da execução fiscal;
- b) imprescritível, por se tratar de ação de ressarcimento;
- c) prescritível, na forma da Lei de Processo Administrativo federal;
- d) prescritível, devendo seguir o prazo estabelecido pelo Código Civil;
- e) imprescritível, uma vez que já transitou em julgado no âmbito do Tribunal de Contas.

59. Um Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União foi designado para elaborar uma apresentação sobre as disposições da Declaração de Lima. Em sua apresentação, o servidor deveria manifestar-se sobre as seguintes afirmações:

1. As Entidades Fiscalizadoras Superiores auditam as atividades do governo, suas autoridades administrativas e outras instituições subordinadas.
2. O governo é pleno e exclusivamente responsável por suas ações e omissões.
3. O governo não é subordinado à Entidade Fiscalizadora Superior.

Em suas conclusões, o Auditor Federal de Controle Externo afirmou corretamente que as afirmações:

- a) estavam todas incorretas;
- b) estavam todas corretas;
- c) 1 e 3 estavam corretas, somente;
- d) 2 e 3 estavam corretas, somente;
- e) 1 e 2 estavam corretas, somente.

60. Joana é servidora do Tribunal de Contas da União e foi orientada a elaborar um trabalho sobre os princípios de accountability e transparência, constantes nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores. O objetivo do trabalho era propor medidas internas ou legislativas para a plena adoção das recomendações da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – Intosai.

Após terminar os seus estudos, Joana concluiu corretamente que:

- a) para não comprometer os princípios de accountability e transparência, as EFS não devem adotar contratos de atividades terceirizadas.
- b) as demonstrações financeiras das EFS são divulgadas e estão sujeitas à auditoria externa independente ou análise parlamentar.
- c) considerando que a auditoria tem um valor democrático, transcendendo o mero controle dos

recursos públicos, as EFS devem evitar utilizar indicadores de resultados para avaliar o valor do trabalho de auditoria para o Legislativo, para os cidadãos e para outras partes interessadas.

- d) as EFS tornam públicas as suas conclusões e recomendações resultantes das auditorias, não se admitindo que tais informações sejam consideradas confidenciais por leis e regulamentos especiais.
- e) em virtude de sua autonomia em relação ao Legislativo, as EFS devem evitar um forte relacionamento com as comissões parlamentares relevantes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS AVANÇADOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

61. Nos termos do art. 205 da Constituição da República, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Considerando o posicionamento doutrinário acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, o artigo acima pode ser classificado como norma de eficácia

- a) Contida, de aplicabilidade direta e imediata.
- b) Limitada, definidora de princípio programático.
- c) Limitada, definidora de princípio institutivo.
- d) Plena, de aplicabilidade direta e imediata.
- e) Limitada, de aplicabilidade direta, imediata e restringível.

62. O Presidente da República foi acusado de crime de responsabilidade, em razão de seus atos atentatórios à Constituição Federal. A traição aos pressupostos constitucionais acarreta a sua responsabilização e pode gerar a perda do cargo. Sobre a responsabilidade do Presidente da República, é correto afirmar que

- a) Qualquer cidadão poderá denunciar o Presidente da República, por crime comum e de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados. A denúncia só poderá ser recebida enquanto o denunciado não tiver, por qualquer motivo, deixado definitivamente o cargo.
- b) Cabe ao Presidente do Senado Federal apreciar o pedido de impeachment e tomar a decisão de receber ou não a denúncia, a partir da análise do preenchimento das formalidades extrínsecas, da legitimidade do denunciante e do denunciado e da narrativa feita, de maneira que poderá promover a imediata rejeição da petição por inépcia ou falta de justa causa.
- c) Da decisão que admite ou não a denúncia contra o Presidente da República, nos crimes de responsabilidade, cabe ao recurso.
- d) Na Câmara dos Deputados, ocorre apenas a admissibilidade da acusação, a partir da edição de um juízo político, em que a Casa verifica se a acusação é consistente, se tem ela base em alegações e fundamentos plausíveis, ou se a notícia do fato reprovável tem razoável procedência. O processo e o julgamento do Presidente por crime de responsabilidade é de competência do Senado Federal.
- e) Após a admissibilidade da acusação pela Câmara dos Deputados, o Presidente da República ficará suspenso de suas funções. Se, decorrido o prazo de cento e oitenta dias, o julgamento não estiver concluído, cessará o seu afastamento, sem prejuízo do regular prosseguimento do processo.

63. Determinado servidor público do Poder Executivo Federal teve a sua aposentadoria concedida. Após seis anos da data em que o ato inicial de concessão da aposentadoria chegou à Corte de Contas, o Tribunal anulou a aposentadoria do servidor, devido a incorreções na concessão. Sobre o caso, é correto afirmar que

- a) O ato de concessão inicial da aposentadoria chegou ao Tribunal de Contas há mais de cinco anos, de forma que não poderá a Corte de Contas, com base no princípio da segurança jurídica, anular a aposentadoria.
- b) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular a qualquer tempo os atos administrativos, ainda que estes resultem efeitos favoráveis aos destinatários. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- c) O Tribunal de Contas poderá anular a concessão da aposentadoria do servidor público, desde que o faça até dez anos após a concessão, prazo este estabelecido com base no princípio da segurança jurídica.
- d) Cabe ao Tribunal de Contas exercer o papel fiscalizatório, podendo anular atos administrativos, desde o faça no prazo máximo de cinco anos, exceto nos casos de concessão de aposentadoria, que podem ser revistos a qualquer tempo. Assim, a decisão de anulação da aposentadoria do servidor é válida.
- e) O Tribunal de Contas poderá anular a aposentadoria, desde que atenda aos princípios da ampla defesa e contraditório.

64. Um programa jornalístico decidiu criar um quadro em que relembra casos criminais famosos. Ao exibir uma reportagem sobre determinado crime, os familiares da vítima sentiram-se constrangidos e requereram judicialmente a retirada imediata da reportagem e o pagamento de uma indenização, tudo com base no direito ao esquecimento. Acerca do caso, segundo posicionamento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que.

- a) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição, pois afronta a liberdade de expressão.
- b) O Supremo Tribunal Federal entende que o direito ao esquecimento é recepcionado pela Constituição, com fundamento nos princípios da intimidade, vida privada e honra.
- c) O direito ao esquecimento é direito fundamental, não podendo ser suprimido em nenhuma hipótese, devido a sua relação com a dignidade da pessoa humana.
- d) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento como regra, havendo exceção apenas em casos que envolvam interesse público notório.
- e) O Supremo Tribunal Federal reconhece o direito ao esquecimento apenas nos casos em que envolvam abuso sexual ou violência doméstica e familiar.

65. O Ministério Público de determinado Estado pretende ajuizar ação civil pública para combater atos praticados pelo Poder Público que violam direitos da coletividade. De acordo com o entendimento do STF, o Ministério Público possui legitimidade para requer, exceto:

- a) a declaração de ilegalidade de reajuste de mensalidade escolar.
- b) a redução de preço de passagem em transporte coletivo.
- c) direitos sociais relacionados ao FGTS.
- d) a anulação de ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.

- e) impugnação a taxa de iluminação pública do Município.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

66. No que diz respeito ao recurso interposto em face do indeferimento de acesso a informações, assinale a alternativa correta:

- a) Poderá ser interposto no prazo de 30 dias a contar da ciência da decisão que indeferir o pedido.
- b) Será dirigido à autoridade que exarou a decisão impugnada.
- c) o requerente poderá recorrer desde logo à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de 10 dias.
- d) Somente poderá ser dirigido recurso à Controladoria-Geral da União depois de submetido à apreciação de pelo menos uma autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada.
- e) Verificada a improcedência das razões do recurso, a Controladoria-Geral da União determinará ao órgão que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao acesso à informação.

67. Assinale, à luz da Lei 13.709/2018, a alternativa que NÃO prevê corretamente hipótese de tratamento de dados pessoais:

- a) execução de contrato do qual o titular seja parte.
- b) cumprimento de obrigação legal pelo controlador dos dados.
- c) para proteção do crédito, desde que exista consentimento por parte do respectivo titular.
- d) proteção da vida de qualquer terceiro.
- e) para a tutela da saúde, em procedimento realizado por profissional de saúde.

68. Tomando por base entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto à demissão de empregados públicos concursados por parte das empresas estatais, assinale a alternativa correta:

- a) Empresas públicas poderão dispensar seus empregados apenas se houver enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A prévia instauração de processo administrativo é requisito procedimental imprescindível para a demissão de empregados concursados.
- c) Sociedades de economia mista que explorarem atividade econômica têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, sendo que tal exigência não se aplica às empresas públicas.
- d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 5 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) Empresas estatais têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

69. Segundo dispõe atualmente a Lei 9.784/1999, a decisão coordenada poderá ser utilizada:

- a) exclusivamente no âmbito da Administração direta federal, nas decisões administrativas que exijam a participação de cinco ou mais setores, sempre que houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- b) em quaisquer decisões que envolvam a participação de dois ou mais órgãos ou entidades.
- c) no âmbito da Administração Pública federal nas decisões administrativas que exijam a participação de três ou mais setores, órgãos ou entidades, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório.
- d) quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, sendo que sua adoção requer despacho motivado, proferido antes da decisão de mérito.
- e) antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, para debates sobre a matéria do processo.

70. O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições, EXCETO:

- a) realização posterior de ampla pesquisa de mercado
- b) seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento
- c) desenvolvimento obrigatório de rotina de controle
- d) atualização periódica dos preços registrados
- e) definição do período de validade do registro de preços

DIREITO FINANCEIRO*Leandro Ravyelle*

71. Para compreender qual seja o caráter do orçamento público no Brasil, Leite (2011, p. 29 e 120) considera que a “análise jurídica do orçamento passa pela análise da sua natureza. Qual é a principal característica do orçamento impositivo em relação ao orçamento autorizativo?

- a) No orçamento impositivo, o Poder Executivo possui total autonomia para definir como utilizar os recursos alocados, sem a necessidade de seguir as diretrizes estabelecidas pelo Legislativo.
- b) O orçamento impositivo estabelece que todas as despesas previstas no orçamento devem ser executadas de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Poder Legislativo, sem margem de discricionariedade para o Poder Executivo.
- c) No orçamento impositivo, o Poder Executivo possui total liberdade para realocar os recursos entre as diversas categorias de despesas, sem a necessidade de autorização do Legislativo.
- d) O orçamento impositivo permite que o Poder Executivo proponha alterações no orçamento durante a execução, sem a necessidade de aprovação do Legislativo, garantindo maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos.
- e) A principal característica do orçamento impositivo é que o Poder Legislativo tem a prerrogativa de definir as prioridades de gastos e de estabelecer um percentual mínimo de despesas que devem ser obrigatoriamente executadas pelo Poder Executivo.

72. O orçamento é um documento de política central do governo, que mostra como anual e plurianualmente os objetivos serão priorizados e alcançados. A partir de 2015, a OCDE passou a divulgar e recomendar os 10 Princípios Orçamentários para a Boa Governança Orçamentária. Assinale a alternativa que não apresenta corretamente um dos princípios

orçamentários materializados por recomendações estabelecidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

- a) Conceber o quadro de orçamento de capital para atender às necessidades nacionais de desenvolvimento de forma econômica e coerente
- b) Promover a integridade e a qualidade das previsões orçamentais, planos fiscais e implementação orçamentária através de uma rigorosa garantia de qualidade no processo, incluindo auditoria externa independente
- c) Gerenciar os orçamentos dentro de limites claros, credíveis e previsíveis para a política fiscal
- d) Assegurar que os documentos e dados do orçamento sejam abertos, transparentes e sigilosos no que diz respeito à liberação de emendas impositivas
- e) Identificar, avaliar e gerenciar com prudência a sustentabilidade a longo prazo e outros riscos fiscais

73. Qual das seguintes afirmativas melhor descreve a natureza e dimensão do orçamento público?

- a) O orçamento público possui natureza técnica, pois reflete as decisões e prioridades do governo.
- b) O orçamento público possui natureza econômica, pois busca a alocação eficiente dos recursos financeiros do Estado.
- c) O orçamento público possui natureza financeira, pois é utilizado como instrumento de planejamento e controle das ações governamentais.
- d) O orçamento público possui natureza jurídica, pois é um ato normativo que estabelece as autorizações de despesas e receitas do Estado.
- e) O orçamento público possui natureza contábil, pois determina os recursos disponíveis para o financiamento das atividades governamentais.

74. Qual das seguintes afirmativas melhor descreve uma vantagem do orçamento-programa?

- a) O orçamento-programa é menos flexível do que o orçamento tradicional, o que dificulta a adaptação a mudanças nas circunstâncias econômicas.
- b) O orçamento-programa enfatiza o controle burocrático e a conformidade com as regras, reduzindo a eficiência na alocação de recursos.
- c) O orçamento-programa permite uma maior integração entre planejamento e execução orçamentária, facilitando o alcance de objetivos governamentais.
- d) O orçamento-programa é mais simples e fácil de entender para os gestores públicos e para a sociedade em geral.
- e) O orçamento-programa não permite uma avaliação clara do desempenho dos programas e políticas governamentais.

75. Acerca do que dispõe a legislação orçamentária sobre a dívida ativa, assinale a alternativa correta

- a) A dívida ativa é composta apenas por valores devidos ao ente público em decorrência de tributos e contribuições de melhoria.
- b) A inscrição em dívida ativa é um ato administrativo de lançamento tributário realizado pela autoridade competente.
- c) O registro das receitas orçamentárias oriundas do recebimento da dívida ativa deve ser discriminado em contas contábeis de acordo com a natureza do crédito original.
- d) Os valores inscritos em dívida ativa devem ser registrados no grupo de contas "Ativo Permanente" no balanço patrimonial.
- e) A dívida ativa é representada apenas por créditos tributários e não compreende os valores decorrentes de multas e demais penalidades pecuniárias.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

76. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

77. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

78. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

79. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 25% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

80. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, pode-se presumir como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO*Rubens Maurício*

81. Juarez, cabeleireiro, contando com 18 meses de contribuição para a Previdência Social, sofreu acidente do trabalho. Em razão do acidente, for considerado incapaz para o trabalho e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência. Diante dessas condições, assinale a afirmativa correta:

- a) Juarez não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, uma vez que não cumpriu a carência mínima.
- b) Juarez, necessitando da assistência permanente de outra pessoa, terá acrescido o valor da sua aposentadoria por incapacidade permanente em até 35%.
- c) Juarez, sendo portador de doença ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social, não terá direito à aposentadoria por incapacidade permanente, ainda que a incapacidade sobrevenha, após a filiação, por motivo de agravamento dessa doença ou lesão.
- d) O valor da aposentadoria por incapacidade permanente de Juarez será de 91% do salário de benefício.
- e) Juarez, caso se recupere e volte a trabalhar voluntariamente, terá sua aposentadoria cancelada automaticamente, a partir da data do retorno.

82. Adelaide e Irineu foram casados por 48 anos. Em 04/06/2024, Adelaide, segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, veio a óbito num acidente de automóvel. Irineu fez o requerimento de pensão por morte ao INSS 90 dias após o óbito de Adelaide. Diante do exposto, assinale a afirmativa que indica a partir de quando Irineu terá direito ao benefício:

- a) A partir do requerimento.
- b) A partir do óbito.
- c) A partir da decisão judicial.
- d) A partir do óbito, independentemente da data em que foi feito o requerimento.
- e) A partir do requerimento, independentemente da data em que foi feito o requerimento.

83. Abelardo é segurado de baixa renda, tendo sido recolhido à prisão, em regime fechado. Antes da prisão, ele recolheu 22 contribuições mensais à Previdência Social e tem, como único dependente, o filho Enzo, de 15 anos. Diante destas considerações sobre o auxílio-reclusão, assinale a afirmativa correta:

- a) Enzo, apesar de Abelardo cumprir a carência exigida, não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão, por possuir mais de 14 anos.
- b) Caso Abelardo venha a exercer atividade dentro da prisão, haverá a perda do direito ao recebimento do auxílio-reclusão por seu dependente.
- c) O requerimento solicitando o auxílio-reclusão prescinde da certidão sobre o seu recolhimento à prisão.
- d) Enzo não faz jus ao benefício do auxílio-reclusão, uma vez que seu pai não cumpriu a carência.
- e) A aferição da renda mensal bruta para enquadramento do segurado como de baixa renda ocorrerá pela média dos salários de contribuição apurados no período de 24 meses anteriores ao mês do recolhimento à prisão.

84. Dirce, empresária do segmento imobiliário, desempenha suas atividades como sócia administradora de sua sociedade empresária, recebendo seu pró-labore regularmente. Além da condição de empresária, Dirce também é voluntária em programas sociais do seu bairro. Diante dessa realidade, sobre os direitos previdenciários de Dirce, assinale a afirmativa correta:

- a) Devido à atividade beneficente de Dirce, ela poderá verter contribuições ao Regime Geral de Previdência Social na condição de segurada facultativa, além de seus aportes como empresária.
- b) Na condição de empresária administradora de sua sociedade empresária, Dirce é segurada obrigatória do Regime Geral de Previdência Social, como contribuinte individual.
- c) A contribuição de Dirce para o Regime Geral de Previdência Social, na condição de empresária administradora, terá como base de cálculo o total de sua remuneração.
- d) Dirce, na condição de administradora de sua sociedade, não poderá aposentar-se por incapacidade permanente, tendo em vista a prestação ser vedada a empresários.
- e) Dirce, caso encerre suas atividades profissionais, não poderá manter recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social, haja vista a perda da qualidade de segurada.

85. Josephina, empregada de uma indústria têxtil, recebe, além de seu salário contratual, parcelas adicionais, tais como prêmios, horas-extras e adicional noturno. No final do mês, Josephina identificou em seu holerite que algumas parcelas foram adicionadas indevidamente ao seu salário-de-contribuição, para fins de incidência de contribuição previdenciária. No entanto, Josephina pode afirmar que a seguinte parcela foi corretamente incluída no seu salário-de-contribuição:

- a) a participação nos lucros ou resultados da empresa, paga de acordo com lei específica.
- b) o vale-transporte pago em dinheiro.
- c) o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).
- d) prêmios.
- e) diárias para viagem.

DIREITO ELEITORAL

Ricardo Torques

86. Antônio, 21 anos, pretende se candidatar ao cargo de Deputado Estadual. Maria, 30 anos, pretende se candidatar ao cargo de Senadora. João Paulo, 19 anos, pretende se candidatar vereador. Exclusivamente em relação ao critério etário, é correto afirmar que preenchem os requisitos de elegibilidade:

- a) Apenas Maria.
- b) Apenas Antônio.
- c) Apenas João Paulo.
- d) João Paulo e Antônio.
- e) Maria, João Paulo e Antônio.

87. Com o encerramento das eleições, os candidatos, os partidos políticos e as coligações deverão prestar contas à Justiça Eleitoral dos recursos arrecadados e dos gastos efetuados ao longo da campanha eleitoral. Sobre o tema, assinale a alternativa correta:

- a) As prestações de contas dos candidatos às eleições proporcionais serão feitas pelo partido a que vinculados.
- b) Débitos de campanha não quitados pelos candidatos até a data da apresentação da prestação de contas não podem ser assumidos pelo partido político.
- c) A decisão que julgar as contas dos candidatos eleitos será publicada em sessão até três dias antes da diplomação.
- d) Da decisão que julgar as contas prestadas pelos candidatos não caberá recurso.
- e) Até cento e cinquenta dias após a diplomação, os candidatos ou partidos conservarão a documentação concernente a suas contas.

88. Marcela é candidata a Prefeita na cidade X, que possui 50 mil habitantes e, destes, conta com 30 mil eleitores. Em sua campanha, Marcela teve gasto de R\$ 30.000,00. Carlos é candidato a vereador na cidade Y, que possui 10 mil habitantes e, destes, conta com 5 mil eleitores. Pedro, por sua vez, é candidato ao cargo de Deputado Estadual e apresentou movimentação financeira de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Fazem jus à prestação de contas simplificada:

- a) Marcela e Carlos, apenas.
- b) Apenas Marcela.
- c) Apenas Carlos.
- d) Carlos, Marcela e Pedro.
- e) Apenas Pedro.

89. Dois meses antes da eleição, Jonas foi nomeado para cargo em comissão no âmbito do poder executivo. Na mesma data, Marcelo foi nomeado Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça Estadual e Maria nomeada auditora do Tribunal de Contas Estadual. Sobre o tema, é correto afirmar que foram legais a(s) nomeação(ões) de:

- a) Jonas, apenas.
- b) Maria, apenas.
- c) Jonas, Maria e Marcelo.
- d) Marcelo, apenas.
- e) Marcelo e Maria, apenas.

90. Sobre as condutas vedadas, considere:

- I – Nos seis meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos.
- II – O ressarcimento das despesas com o uso de transporte oficial pelo Presidente da República e sua comitiva em campanha eleitoral será de responsabilidade do partido político ou coligação a que esteja vinculado.
- III – É proibido a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.

De acordo com a lei 9.504/1997 está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) I, II e III.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) II e III, apenas.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Leandro Ravyelle*

91. Em relação à classificação da receita pública conforme o Manual Técnico de Orçamento, qual das seguintes afirmativas está CORRETA?

- a) A classificação institucional da receita pública agrupa as receitas de acordo com a natureza das atividades governamentais que as originam, sendo uma classificação opcional nos orçamentos públicos.
- b) A classificação por categorias econômicas da receita pública divide as receitas em correntes e de capital, sendo as receitas correntes aquelas destinadas ao financiamento de investimentos e as de capital destinadas à manutenção das atividades governamentais.
- c) A classificação por origens da receita pública identifica um detalhamento da categoria econômica dos recursos, como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, financeiras, entre outras, sendo obrigatória em todos os orçamentos públicos.
- d) As classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento incluem a classificação por estágio de execução, que identifica se a receita já foi realizada, arrecadada ou recebida, sendo de preenchimento facultativo nos documentos orçamentários.
- e) A classificação funcional-programática da receita pública agrupa as receitas de acordo com a natureza das despesas a que se destinam, sendo uma classificação obrigatória nos orçamentos públicos e de fundamental importância para o controle social.

92. Em relação à execução orçamentária e financeira, assinale a alternativa CORRETA?

- a) A fase de empenho é o estágio em que ocorre a reserva de dotação orçamentária para o pagamento de despesas, sendo realizada após a liquidação da obrigação.
- b) A fase de liquidação é o momento em que se verifica a efetivação da despesa, com a verificação do direito do credor e o reconhecimento da obrigação, podendo ocorrer antes do empenho.
- c) A fase de pagamento é o estágio em que ocorre a entrega do bem ou serviço ao credor, com a efetiva quitação da obrigação, sendo realizada após a liquidação.
- d) A execução da receita pública compreende os estágios de lançamento, arrecadação e recolhimento, sendo que o lançamento é o ato que formaliza a exigibilidade do crédito tributário.
- e) A fase de arrecadação é o momento em que se realiza a cobrança da receita prevista no orçamento, sendo um estágio exclusivo da execução da receita pública.

93. Sobre a Conta Única do Tesouro Nacional, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Conta Única do Tesouro Nacional é uma conta bancária mantida pelo Banco Central do Brasil, na qual são centralizados todos os recursos financeiros do governo federal, sendo vedada a movimentação por outros entes federativos.
- b) A Conta Única do Tesouro Nacional é uma determinação legal prevista na Constituição Federal, sendo obrigatória para todos os entes federativos, tanto da esfera federal quanto da estadual e municipal e mantidas no BACEN.
- c) A Conta Única do Tesouro Nacional é uma conta bancária de movimentação única e exclusiva do Tesouro Nacional, onde são realizados os recebimentos e pagamentos do governo federal, com o objetivo de centralizar a gestão financeira e garantir maior transparência na utilização dos recursos públicos.
- d) A Conta Única do Tesouro Nacional é uma medida opcional adotada pelos entes federativos para concentrar todos os recursos financeiros em uma única conta bancária, visando simplificar a gestão financeira e facilitar a prestação de contas aos órgãos de controle.
- e) A Conta Única do Tesouro Nacional é uma modalidade de conta corrente mantida pelo Ministério da Economia, exclusivamente para a movimentação de recursos provenientes do pagamento de tributos, não abrangendo outras receitas públicas.

94. Acerca das transferências voluntárias, assinale a alternativa condizente com o ordenamento jurídico acerca dessa modalidade de repasse de recursos.

- a) A transferência voluntária deve ser realizada sem a necessidade de dotação específica, conforme determinação expressa na lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A transferência voluntária pode destinar recursos para pagamento de despesas com pessoal.
- c) O beneficiário da transferência voluntária não precisa comprovar estar em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor.
- d) A previsão orçamentária de contrapartida não é uma exigência para a realização de transferência voluntária.
- e) É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

95. Qual é uma característica fundamental do Federalismo Fiscal em relação ao Orçamento Público?

- a) Centralização das receitas e descentralização das despesas, garantindo maior autonomia aos entes federativos na arrecadação de tributos.
- b) Descentralização das receitas e centralização das despesas, permitindo que os entes federativos tenham controle total sobre o gasto público.
- c) Uniformidade na distribuição de competências tributárias entre os entes federativos, garantindo igualdade de arrecadação em todo o território nacional.
- d) Autonomia plena dos entes federativos na definição das políticas fiscais e tributárias, sem qualquer tipo de coordenação ou harmonização entre eles.
- e) Hierarquização rígida das competências tributárias entre os entes federativos, com a União detendo maior poder sobre a arrecadação de tributos.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

96. A equipe de contabilidade da Universidade Estadual de Audazes do Sul elaborou o seu orçamento, referente ao exercício de 20X5, e encaminhou ao Governo Estadual até o término do primeiro semestre do exercício de 20X4. À luz dessas informações e considerando o que determina a NBC TSP – Estrutura Conceitual, o referido orçamento

- a) orienta as avaliações, por parte dos contribuintes, para verificar se a entidade adquiriu, de maneira eficaz, recursos com economicidade e se foram utilizados, de forma eficiente, no atingimento de seus objetivos.
- b) auxilia na identificação dos recursos na forma de tributos ou transferências recebidas em transação com outros governos, órgãos governamentais ou organismos internacionais.
- c) estabelece os regramentos para os dispêndios de recursos, além de justificar a captação de recursos junto aos contribuintes e outros provedores de recursos.
- d) fornece aos usuários das informações contábeis, informações financeiras e não financeiras que serão utilizadas para aprimorarem, complementarem e suplementarem às demonstrações contábeis.
- e) regulamenta as atividades relacionadas à conformidade dos orçamentos aprovados com a prestação de serviços e seus respectivos resultados durante o exercício.

97. As bases de mensuração para os ativos e passivos possuem a finalidade de refletirem, de forma mais adequada, os custos dos serviços, a capacidade operacional e financeira da entidade, de maneira que seja útil à prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão dos usuários da informação contábil. À luz da NBC TSP – Estrutura Conceitual, a base de mensuração que não facilita a avaliação da capacidade financeira da entidade corresponde:

- a) ao valor em uso.
- b) ao preço líquido de venda.
- c) ao custo de liberação.
- d) ao custo de reposição.
- e) ao custo presumido.

98. O Município Audazes dos Pampas possuía uma frota de veículos avaliada em R\$ 1.500.000 ao final do exercício de 20X2. Durante o exercício de 20X3, o valor contábil desses veículos aumentou significativamente em decorrência de uma reavaliação feita pelo setor contábil do estado. Com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), esse aumento, em regra, deve ser:

- a) reconhecido como variação patrimonial aumentativa, na demonstração das variações do patrimônio.
- b) creditado diretamente à conta de reserva de reavaliação, no quadro principal do Balanço Patrimonial do Ente Governamental.
- c) evidenciado como ativo contingente, no quadro das contas de compensação.
- d) creditado como depreciação acumulada, no quadro principal do Balanço Patrimonial do Ente Governamental.
- e) reconhecido como variação patrimonial diminutiva, na demonstração das variações do patrimônio.

99. A etapa de execução da despesa ocorre em três estágios: empenho, liquidação e pagamento. Caso determinado órgão de controle necessite realizar um empenho do tipo ordinário, a equipe de contabilidade deverá:

- a) utilizá-lo para as despesas de valor fixo e previamente determinado.
- b) utilizá-lo para as despesas contratuais e sujeitas a parcelamentos.
- c) utilizá-lo para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.
- d) utilizá-lo para as despesas contratuais, cujo montante não se pode determinar previamente.
- e) utilizá-lo para as despesas de valor fixo e sujeitas a parcelamento.

100. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) visa o registro dos atos e fatos praticados pelas entidades governamentais, de forma padronizada e sistematizada. Ao ser questionado sobre a natureza de informação de controle, um auditor de controle externo, recém empossado no cargo, respondeu corretamente que:

- a) o foco está nos fatos financeiros e não financeiros relacionados a composição do patrimônio público das entidades governamentais.
 - b) apresenta como objetivo principal o atendimento aos princípios contábeis voltados para reconhecimento e mensuração de ativos e passivos dependentes da execução orçamentária.
 - c) o objetivo principal dessa natureza está na evidência dos atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.
 - d) o objetivo está no registro e evidência do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.
 - e) o principal objetivo dessa natureza está nos atos de gestão cujos efeitos possam causar modificações no patrimônio público da entidade governamental.
-

Discursiva 01

Em contratação de obra pública, o contratado comprometeu-se a cumprir o cronograma físico-financeiro de 24 (vinte e quatro) meses de execução da obra, de acordo com as regras pré-estabelecidas no Edital. O contrato vigeria por 30 (trinta) meses.

No curso da execução, observou-se substancial atraso no cronograma físico-financeiro por culpa do contratado, o que causou danos e ocasionou a decisão da Administração Pública de extinção contratual por inadimplemento, de forma unilateral.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, responda:

- a) em qual(is) hipótese(s) é(são) permitida(s) a extinção unilateral de um contrato administrativo firmado pela Administração Pública, de acordo com o caso concreto relatado na questão?
- b) quais são as consequências jurídicas para a empresa que teve seu contrato extinto?
- c) quais são as providências que a Administração Pública deve adotar, com relação aos prejuízos causados, após a extinção do contrato firmado?
- d) quais são as opções da Administração Pública para dar continuidade à obra, após a extinção do contrato firmado?

Limite: 20 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 02

Considerando a classificação das despesas orçamentárias, redija um texto acerca das diferenças entre despesas correntes e despesas de capital. Ao elaborar seu texto, faça o que se pede a seguir.

- a) Conceitue despesas correntes.
- b) Conceitue despesas de capital.
- c) Disserte sobre as diferenças entre despesas correntes e despesas de capital quanto aos seus efeitos patrimoniais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 03

A Assembleia Legislativa de determinado estado da Federação aprovou e promulgou Emenda à Constituição Estadual ampliando a esfera de competência da Assembleia Legislativa, investindo-a de poderes para julgar as próprias contas. De acordo com a emenda aprovada, cabe, ainda, à Assembleia Legislativa julgar as contas do tribunal de justiça e do tribunal de contas estadual. No mesmo sentido, a emenda conferiu ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) atuação meramente opinativa em relação às contas prestadas pela mesa da assembleia legislativa.

O procurador-geral da República ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), visando suspender a eficácia da emenda aprovada

Com referência a essa situação hipotética, redija um texto dissertativo que esclareça como se dá o controle das contas dos Poderes Executivo e Legislativo e do Poder Judiciário estadual e qual deve ser o papel do TCE nesse controle. Ao elaborar seu texto, responda, necessariamente e de forma fundamentada, aos seguintes questionamentos, acerca da situação hipotética em questão:

- a) Foi correta a iniciativa dos deputados estaduais de ampliar a competência da Assembleia Legislativa para julgamento das próprias contas e das contas do tribunal de justiça e do tribunal de contas local?
- b) Foi correta a iniciativa de conferir ao TCE competência meramente opinativa em relação às contas prestadas pela mesa da Assembleia Legislativa?
- c) Disposições da Constituição Estadual poderão ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade perante o STF?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 04

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado X, o TCE desse estado (TCE/X) constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão por que assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- a) O TCE/X poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício?
- b) O TCE/X poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 05

O governo de determinado município solicitou ao respectivo tribunal de contas estadual (TCE) orientação sobre como proceder caso o limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para a despesa com pessoal no Poder Executivo municipal seja alcançado. Mais especificamente, o gestor quer saber se é possível:

- a) prover cargos de professor municipal com candidatos aprovados no último concurso público, cuja homologação é iminente;
- b) conceder reajuste a duas categorias de servidores municipais, com as quais a negociação está próxima de ser concluída.

Com referência à situação hipotética acima, responda, justificadamente, aos questionamentos apresentados nos seguintes tópicos.

Discorra sobre o limite prudencial previsto na LRF para a despesa com pessoal do Poder Executivo municipal, explicando seu objetivo e indicando a porcentagem de receita corrente líquida do município que corresponde a esse limite.

É permitido o provimento dos cargos de professor municipal, uma vez alcançado o limite prudencial?

É cabível conceder reajuste salarial a servidores depois de alcançado o limite prudencial?

Limite: 20 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>